

CARTAS AO CONGRESSO NACIONAL: EXPRESSÕES ESCRITAS DA CIDADANIA NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1988

Fátima Lobato Fernandes – ProPed-UERJ

Agência Financiadora: CAPES

A pesquisa tem como *corpus* cartas escritas por cidadãos brasileiros — jovens e adultos — endereçadas a constituintes ao final da década de 1980, com a finalidade de investigar se esta ação pode ser reconhecida como prática social emancipatória, cujo sentido expressa *justiça cognitiva*, segundo concepção de Santos (2000). O conceito presta-se para sustentar teórica e epistemologicamente meu objeto de estudos, quando, a partir dessas cartas, poderei (re)conhecer conhecimentos forjados nas práticas sociais, observando o quanto o conhecimento científico dialoga com tantos outros conhecimentos adquiridos na vida, no cotidiano.

Os documentos constituem acervo do Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), que funcionou de 1986 a 1988, instituição designada pela Presidência da República. O acervo selecionado tem cerca de 30 cartas, em total de mais de 1000, até o momento da pesquisa, e revela um recorte histórico de esperança no país, quando pessoas da população brasileira acreditaram no poder de suas vozes escritas para interferir no texto constitucional, tanto em relação a questões amplas ligadas a direitos políticos e sociais quanto da esfera privada. A pesquisa, portanto, investiga conhecimentos/saberes, especialmente traduzidos por expressões escritas de sujeitos jovens e adultos em cartas, que emergem de um dado momento histórico — o processo Constituinte que culmina em 1988 —, produzidas em processos de participação política. As questões da investigação são assim resumidas: a) sujeitos produzem-se como cidadãos ao escreverem cartas para comissões constituintes (de 1985-1988)?; b) os escritos — e seus sentidos — assumem o lugar de práticas sociais emancipatórias? Para responder essas questões lancei mão de referencial teórico metodológico que privilegiasse a pluralidade de saberes produzidos a partir de experiências desses sujeitos.

O desejo de trabalhar com essas cartas fez emergir a possibilidade de ver como sujeitos exploraram esse momento, trazendo elementos históricos para serem visibilizados e não caírem no esquecimento, e para que esta experiência favoreça a criação de outros processos democráticos. Na noção de micropolítica, Guattari (*apud* ALVES, BERINO, SOARES, 2011, p. 3) traz um aporte teórico fértil para conduzir a leitura dessas cartas, pois segundo o autor, significam “movimentos minúsculos [...] forjados em meio às práticas

cotidianas, levando a que nelas se pensem saídas, propostas, outras ações, conhecimentos e significações”.

Nesta pesquisa, a leitura das cartas estará para além de levantamento de proposições, de sugestões de leis ou de temas que pautariam prioridades na Carta Magna. Fixar-me-ei no que os textos podem representar como instrumentos de participação cidadã, de produção de subjetividades democráticas, trazendo, por meio da escrita, vozes que me possibilitam pressupor que a democracia é um processo a ser vivido, conquistado, e que, portanto, nunca está pronto, acabado. Essas cartas representam, ainda hoje, a utopia, a possibilidade de ruptura com um processo histórico longo, sofrido e recente da sociedade brasileira. De acordo com Maffesoli (2011, p. 74), minha posição analítica será: proceder à descrição, à apresentação, antes de qualquer representação judicativa.

Interessada nos conteúdos dessas cartas e nas escritas ali presentes, debruço-me sobre elas, em busca de compreender conteúdos como marcas expressas da participação cidadã e da cidadania; e modos de escrita— a cultura *do escrito* que impera entre a população pesquisada. Uma questão, logo de início, se constituiu como hipótese: pelas cartas, sabia da existência de pessoas que acreditavam nessa forma de intervenção para construir o texto constitucional e, por isso, por elas traduziam carências, necessidades — direitos negados/interditados — escrevendo cartas diretamente endereçadas ao Congresso Nacional. O conjunto parece representar pessoas cujo conhecimento não incluía os trâmites de um processo constituinte e que, por isso mesmo, ousavam dirigir-se diretamente aos representantes do povo para com eles entabular um diálogo participativo. Isto significava admitir que, certamente, estava diante de pessoas de diferentes níveis de escolaridade ou de formação não escolar, mas constituídas como subjetividades democráticas, que envolviam a participação direta. Essas cartas realizavam, portanto, uma forma de mediação e reconhecimento de autoridade (GÓMEZ, 2002, p. 16) nos sujeitos proponentes.

Para investigar questões apresentadas, a pesquisa vai em busca de identificar indícios da formação de subjetividades democráticas. Essas cartas poderão revelar: significados atribuídos à participação política; concepções que orientaram/sustentaram propostas feitas, resguardando necessidades específicas de sujeitos distintos, em um movimento que justificaria a luta pela *justiça cognitiva* (Boaventura, 2000).

Como estudiosa do campo da educação de jovens e adultos, vi nas cartas, na escrita dos sujeitos, *potências*, que de acordo com Maffesoli (2011, p. 17) “é exatamente o que constitui o elemento básico da vida em comum. É a cultura fundamental, o lençol freático que

permite a existência da fauna e da flora, em suma, da vida”. A relação entre saber ler e escrever e a cidadania, na contemporaneidade, existe como *potência* fundamental para possíveis deslocamentos necessários à vida e à consolidação de um direito humano.

Um dos aspectos que perpassa a pesquisa é a reflexão sobre relações entre o que tem sido designado como *saberes* e conhecimentos científicos. Estabelecerei alianças com pensamentos que rompem com a ideia de que o conhecimento científico se sobrepõe nas relações com outras formas de conhecimento, bem como no impacto de sua aplicação.

A partir dessa perspectiva, encontro em Santos (2010) fios que conduzem à tessitura de uma rede que se enlaça aos novos paradigmas do pensamento científico, denominado de ciência pós-moderna. Nesta, tenho encontrado os fios mais resistentes para compreender determinados fenômenos da sociedade contemporânea. O autor, em *Epistemologias do Sul*, tece novas compreensões junto a vários outros, principalmente com mãos e mentes daqueles do hemisfério Sul:

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. [...] Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como uma e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. (SANTOS, 2010, p. 15).

Por essa abordagem, Santos (2010) procura a origem de diferentes práticas educativas na sociedade contemporânea. Para isso, assinala que se deve levar em conta o tempo histórico, bem como as relações sociais, que são culturais, políticas, econômicas e afetivas.

Prosseguindo, cito:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. [...] Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o outro. (SANTOS, 2010, p. 31-32).

Essa concepção me conduziu à história de Menocchio — belissimamente historicizada por Ginzburg (1987) —, o moleiro perseguido pela Inquisição que no seu tempo, com discursos sobre interpretações dos livros que lia, desafiava o pensamento reinante. Um

personagem do povo que se apropriava — pelos sentidos atribuídos indevidamente — dos livros que lia,

[...] chegando a deformar, palavras e frases [...] possuía uma chave de leitura oculta [...] triturava e reelaborava suas leituras [...]. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As viagens*, de Mandeville [...]. Não o livro em si mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva. (GINZBURG, 1987, p. 116).

A passagem ilustra como o conhecimento tem sido objeto de domínio para a perpetuação de poder de determinados grupos, levando até à morte aqueles que expõem ideias contrárias ou, melhor dizendo, *explosivas*, o que confirma o argumento assente de que a leitura (e a escrita) é (são) subversiva(s).

Ao mesmo tempo, o episódio leva a refletir, a partir da postura do moleiro, a importância de crer em si mesmo, de ter autoconfiança — primeiro aspecto que sujeitos sociais precisam adquirir para mudar sua visão sobre estar no mundo, na perspectiva utópica de acreditar em novas possibilidades e atitudes mais humanizadas. Menocchio sai de um silêncio imposto sobre quem só deveria utilizar a oralidade para reproduzir ideias e não para pensar sobre elas. O paradigma dominante não permite repensar os meios que levaram — e que, ainda levam — grande parte da população à situação de abandono, de vida subumana em sociedades de cultura escrita, em que a robótica é a expressão tecnológica mais avançada como produção cultural e científica. Como então, sair do que parece ser um círculo vicioso, para adentrar possibilidades virtuosas que a utopia pode resgatar?

É com esse espírito, e essa disposição, que me debruço sobre as cartas, pelo que podem revelar quanto aos sentidos atribuídos à participação política; a subjetividades democráticas que expressam, em última instância, utopias que alimentam a vida e o desejo de ser mais, pelas experiências em que se aprende cotidianamente, no incondicional inacabamento humano, como alerta Freire.

Os procedimentos adotados para desenvolver a pesquisa serão os seguintes:

1. continuidade de revisão de literatura, possibilitando análise teórica e específica das questões que envolvem o escopo da pesquisa;
2. ratificação de critérios utilizados para a seleção das cartas que constituem meu *corpus*: escritas à mão; apresentando na forma e desenvolvimento das ideias

características de que o autor não concluiu o ensino fundamental, ou não frequentou escola;

3. leitura e seleção de documentos, segundo critérios definidos — marcas indicadas como objeto de estudo;
4. mapeamento/emergência de temáticas/desejos presentes nos materiais selecionados.

A leitura compreensiva dos dados identificará indícios de produção de subjetividades democráticas no material sob as lentes do pesquisador, e segundo marco teórico epistemológico interpretativo para compreensão do objeto, o que será feito traçando o itinerário epistemológico do pesquisador e arquitetando alicerces dos conhecimentos produzidos nas escavações.

Referências bibliográficas

ALVES, Nilda, BERINO, Aristóteles, SOARES, Conceição. *Como e até onde é possível pensar diferente?* Micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. Trabalho encomendado apresentado no GT Currículo ANPEd/2011. 34ª. Reunião Anual da ANPEd. Natal/RN. (mimeo).

CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *Quem é Michel Maffesoli: entrevistas com Christophe Bourseille/ Michel Maffesoli*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira, colab. Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: De Petrus *et Alii*, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.